

Leis & Letras

O Ardente Paulo Setúbal

Suely Campos Azambuja*

“Setúbal era o encanto feito homem. Impossível maior exuberância, maior otimismo, maior entusiasmo – mais fogo. Dava-me a impressão duma sarça ardente – e talvez por isso se fosse tão cedo; queimou-se demais, ardeu numa vitoriosa chama contínua. Os homens prudentes regulam com avareza esse processo de combustão que é a vida. Ardem, mas como a brasa sob as cinzas – no mínimo – para ganhar em extensão o que perdem em intensidade. Mas Setúbal não se continha: era uma perpétua labareda de entusiasmo, de amor, de dedicação, de projetos, de serviço, de cooperação, de boa vontade. Não havia nele uma só qualidade negativa. Lembro-me de quando me apareceu pela primeira vez na Rua Boa Vista, escritório da Antiga *Revista do Brasil*. Entrou aos berros, com um pacote de versos em punho – *Alma Cabocla*. Era a primeira vez que nos víamos, mas Setúbal tratou-me como a um conhecido de mil anos... Entrou explodindo e permaneceu a explodir durante toda a hora que lá passou. [...]

Ficamos todos num enlevo, a assistir àquele faiscamento recém-chegado do interior, cheirando a natureza, numa euforia sem intermitência [...]. O ímpeto de Setúbal, a tremenda força da sua simpatia irradiante, inundante e avassalante, fez que sem nenhum exame os originais voassem daquele escritório para a tipografia. O editor contentou-se com os que, sem a menor sombra de falsa modéstia, ele recitou com a maior vida, precedendo-os de um santo e lealíssimo ‘Veja, Lobato, como isto é bom!’

E o público confirmou-o nesse juízo. *Alma Cabocla* teve enorme procura. Setúbal era tão bom que tudo quanto dele saía era bom – bastava sair dele para ser bom.

Um dia amanheceu romancista histórico, e fui ainda eu o seu editor. Os originais da *Marquesa de Santos* só tiveram do meu lado uma objeção. Havia ali pontos de admiração demais, pontos que davam para cem romances do mesmo tamanho. Sempre foi, em cartas e na literatura, uma das inevitáveis exteriorizações de Setúbal, esse gasto nababesco de pontos de admiração. Por ele, todos os mais pontos da língua desapareceriam da escrita, proscritos pelo crime de secura, frieza, calculismo, falta de entusiasmo...

Coleção Dainis Karepovs



Paulo de Oliveira Leite Setúbal
(1893-1937).

Objetei contra aquele excesso e consegui licença para uma poda a fundo. Cortei quinhentos pontos de admiração! Setúbal concordou com minha crueldade – mas suspirando; e na primeira revisão de provas não resistiu – ressuscitou duzentos.

A *Marquesa de Santos* teve um sucesso inaudito, sobretudo entre as mulheres de idade. Podemos sem medo de erro afirmar que foi o romance de maior sucesso que tivemos na República. [...]

Ninguém será capaz de descrever a reação de Setúbal diante da vitória tremenda de sua *Marquesa*, e duvido que a literatura, no mundo inteiro, haja proporcionado a um autor maior regalo.

* Pesquisadora da Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. (s.azambuja@uol.com.br).

A perpétua exaltação do entusiasmo de Paulo Setúbal vinha disso: desse integrar-se na obra, desse absoluto identificar-se com ela. Em regra, o escritor é um pai desnaturado; só sente prazer no ato da criação. Nascido o filho, joga-o às feras e esquece-o. Setúbal não. Setúbal sabia ser pai. O mesmo prazer que sentia em criar, sentia em acompanhar carinhosamente a vida pública do filho impresso. Se eu fora representá-lo num desenho, pintá-lo-ia levando pela mão, qual pai bondoso, todos os filhos que publicou.”¹

Monteiro Lobato, ainda sob o impacto da notícia da morte do amigo, assim o descreveu, nesta longa mas necessária citação, deixando-nos, aqui, apenas a tarefa de traçar um esboço biográfico.

Paulista do interior, Paulo Setúbal nasceu em Tatuí, em 1º de janeiro de 1893, filho do Capitão Antonio de Oliveira Leite Setúbal, casado com Dona Maria Teresa de Almeida Nobre, sua sobrinha. Seu pai, comerciante e homem de destaque na comunidade, elegeu-se vereador pelo Partido Liberal à época do Império. Sua mãe, mulher de têmpera forjada nos bandeirantes, dos quais descendia, era chamada carinhosamente de Dona Mariquinha a quem Paulo Setúbal evoca, com ternura, em sua obra *Confiteor*. Ao enviuvar, Dona Maria Tereza deparou-se com parca renda e nove filhos para criar, ficando Setúbal, órfão de pai aos 4 anos. A família permaneceu em Tatuí, oferecendo a oportunidade ao menino Paulo de conviver, nos seus verdes anos, com a mansidão da paisagem bucólica, a feição do povo da roça, o transcorrer da vida sem os reboliços da cidade, marcando sua alma com impressões indeléveis e que posteriormente iriam refletir-se em seu primeiro livro *Alma Cabocla* e no último, *Confiteor*,

fechando o ciclo de uma obra, como se fora uma parábola.

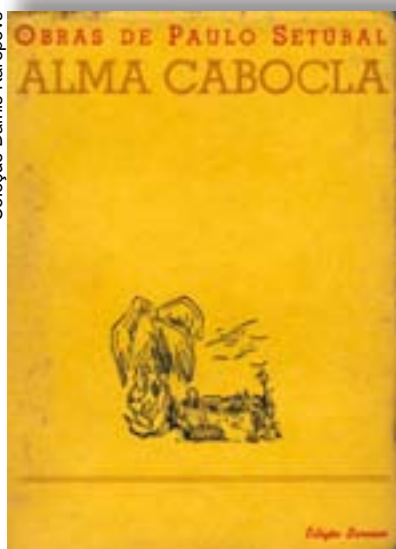
As primeiras letras, Paulo cujo apelido era Niteza (abreviatura de boniteza), as recebeu de Seu Chico Pereira, figura humana ímpar, que muito contribuiu na formação da personalidade de seu pequeno aluno, a quem Setúbal não deixou de registrar em *Confiteor*. Ao sair da escola de Seu Chico, completou o primário no Grupo Escolar de Tatuí.

Muito por insistência de Seu Chico e dos demais professores do Grupo Escolar aconselhando que o menino Paulo deveria prosseguir seus estudos em São Paulo, Dona Mariquinha vende seus poucos pertences e muda-se com a família para a Capital, onde já se encontrava, estudando, seu filho mais velho.

Paulo, então, é matriculado no Ginásio do Carmo, dos Irmãos Maristas. Incentivado pelos padres, define o gosto pela poesia e, de imediato, descobre – longe das vistas do clero – Antero de Quental, Guerra Junqueiro e Alfred Musset.

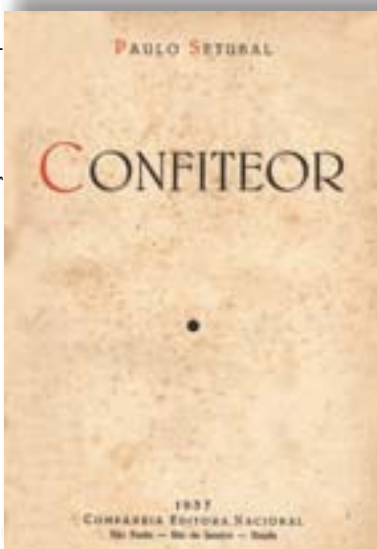
Por esta altura da vida, curso do Ginásio a meio caminho, já um rapazote, vivendo na pequena casa da Rua das Flores, dividia o quarto com seu irmão mais velho, onde varavam a noite em longas tertúlias, acolitados pelos colegas mais velhos, dedicando-se à leitura de Kant, Voltaire, Spinoza, Rousseau, Nietzsche ou Schopenhauer. Como não poderia deixar de ser, somando-se a idade dos leitores com o impacto causado por estas doutrinas, Paulo foi profundamente influenciado pelo pensamento filosófico desses autores, resultando numa fase de absoluta indiferença e, até mesmo, de contestação de sua vida e de sua fé.

Coleção Dainis Karepovs



1964 (8ª edição).

Coleção Dainis Karepovs



1937.

Coleção Dainis Karepovs



1925.

Em 1910, já cursando a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, foi assaltado pela lembrança de uma promessa à Virgem e com urgência matriculou-se no Seminário Diocesano. Assim se passou a estória: Niteza, na distante meninice que ficara em Tatuí, era o responsável por Morena e Manteiga (duas vacas que haviam recebido em pagamento de uma dívida) e que cabia ao menino Paulo, pela manhã, levá-las ao pasto e à noitinha recolhê-las. Toda tarde era um sofrimento encontrá-las. Certo dia, já antevendo a agonia da busca, entrou numa Igreja e candidamente invocou – “Nossa Senhora, ajudai-me! Fazei que eu encontre a Morena e a Manteiga sem custo. Que elas não se escondam no mato. Concedei-me o que vos peço, minha Nossa Senhora, que eu aqui diante de vosso altar, vos faço esta promessa: quando ficar homem, serei padre!”

Porém, passada uma chuva, Paulo percebe que não é vocacionado para o claustro – e muito menos o celibato – e logo retoma a vida incontinente de estudante. Neste período, para ajudar a família, leciona no Ginásio Arquidiocesano e na Escola de Comércio do Brás e trabalha como revisor no jornal *A Tarde*. Por volta de 1912, colhe-o a tuberculose, doença que o acompanharia a vida toda, maltratando-o e combalindo-o com sucessi-

vas recaídas e levando-o à morte aos 44 anos.

Forma-se em 1914 e dedica-se à sua banca de advocacia e a escrever versos. Em 1918, grassava a gripe espanhola em São Paulo e como não poderia deixar de ser, Setúbal, com pouca imunidade, acaba por ter uma recaída. Muda-se então para Lajes, em Santa Catarina, onde já residia um irmão e juntos abrem um bem sucedido escritório de advocacia.

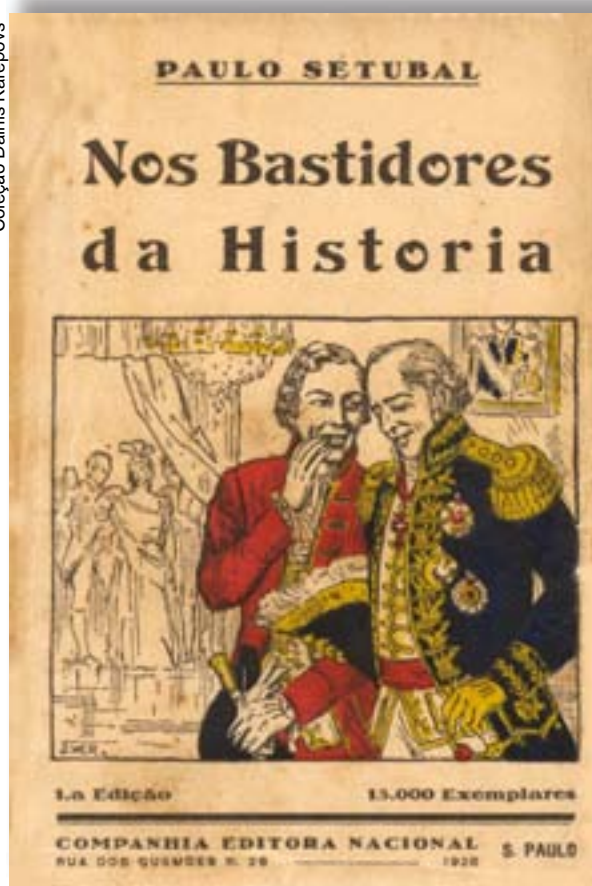
Após dois anos de tratamento, por volta de 1920, retorna à São Paulo e publica o primeiro e único livro de poesias *Alma Cabocla*. Como o próprio título indica, o autor, num momento de nostalgia, resgata o cheiro e sabor da terra, o pitoresco do sertão e os personagens que povoaram sua infância.

Chegamos a 1922, quando está no auge o Movimento Modernista, ao qual, a exemplo de Monteiro Lobato, Setúbal jamais pertenceu. Porém, se há algum momento em que o autor tangencia o Movimento é quando, em sua obra, repudia o estrangeirismo postiço e afetado, privilegiando os temas brasilianistas povoados de sacis ou caaporas. É em 1922 que Paulo casa-se com Dona Francisca de Souza Aranha, nascendo desta união três filhos: Maria Teresa, Olavo e Maria Vicentina.

Em virtude de mais uma recaída e com longo período de descanso, envereda por uma nova vertente na sua vida de escritor, o romance histórico. Ai cabe um parêntesis, pois quando se fala de romance histórico, cujo autor seja desprovido de inquietações psicológicas ou torturas cerebrais, a obra discorre sobre personagens e fatos verdadeiros, porém de maneira solta, afável, saborosa, suculenta de tramas e episódios novelescos, bem distantes de um cipoal de nomes e datas a que estamos acostumados. Aos críticos, Setúbal justifica sua obra argumentando: “sem falsear a verdade histórica, socorre-a com sua fantasia de escritor”.

Em 1925 publica *Marquesa de Santos*, sucesso imediato, com edições esgotando-se rapidamente. Examinando-se o fenômeno pelo prisma da perspectiva histórica, pode-se comparar ser Domitila de Castro, de Setúbal, a Gabriela de Jorge Amado.

A partir do êxito da *Marquesa*, sua veia literária passa a jorrar aos borbotões, talvez pressentindo apenas mais alguns poucos anos de vida. Neste curto espaço de tempo publicou: *Sarau no Paço de São Cristóvão*, peça histórica em três atos, e *O Príncipe de Nassau*, romance histórico, ambos



em 1926; *As Maluquices do Imperador*, contos históricos, em 1927; *Nos Bastidores da História*, contos históricos, e *A Bandeira de Fernão Dias*, romance histórico, em 1928; *O Ouro de Cuiabá*, crônicas históricas, e *Os Irmãos Leme*, romance histórico, em 1933; *El Dorado, Romance da Prata* e *O Sonho das Esmeraldas*, episódios históricos, o primeiro em 1934 e os dois últimos em 1935, além de duas obras póstumas: *Ensaios Históricos* e *Confiteor*.

Pela sua maneira de ser, “sempre em combustão” como afirma Lobato, não poderia passar indiferente pela experiência política. Elegeu-se, em 1927, Deputado Estadual à Câmara dos Deputados.

Paulo Setúbal já era um autor consagrado quando foi convidado pela direção do poderoso Partido Republicano Paulista para candidatar-se à vaga aberta na Câmara dos Deputados do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, com a renúncia ao mandato de Américo de Campos, ocorrida em 12 de Maio de 1927. A aceitação para o ingresso na política não fora algo inusitado, pois seu pai, como vimos, chegara a ser vereador e seu irmão Laerte enfronhara-se neste caminho também, tendo chegado à Câmara dos Deputados federal, onde foi deputado por São Paulo de 1935 a 1937.

Naquela época, o Estado de São Paulo, para efeito de eleições à Câmara Estadual, era dividido em dez distritos. No dia 5 de Junho realizaram-se as eleições para o preenchimento de três vagas de deputado. Uma delas era do 10º Distrito – cujo município-sede era Ribeirão Preto – e as outras duas pertenciam ao 1º Distrito – que compreendia os municípios das comarcas da Capital (sede),

Santos, Iguape e Xiririca (atual Eldorado) –, uma das quais foi disputada por Paulo Setúbal. Ao final da apuração, que escrutinou o voto de 21.869 eleitores e aconteceu no edifício do Fórum Cível da Capital, em 26 de Junho de 1927, Paulo Setúbal foi declarado eleito, com 8.995 votos válidos.

Setúbal tomou posse do cargo em 4 de Julho. Com 24 votos, foi indicado por seus pares para integrar a Comissão Permanente de Redação da Câmara dos Deputados, em 19 de Julho.

Além de pareceres relativos à Comissão que integrava, Setúbal desenvolveu, a partir de então, uma atuação parlamentar em que focou, até como consequência lógica de seus interesses literários e jurídicos, temas a eles relativos. Assim, uma série de pronunciamentos, iniciada em 25 de julho, sobre Júlio Mesquita – e que reproduzimos mais adiante –, seguido de outros evocando o centenário do nascimento do Marechal Deodoro da Fonseca (5 de Agosto); abordando a ausência de juízes que em suas comarcas (29 de Agosto) e a reforma do judiciário (3 de Outubro); encaminhando a criação de distrito policial em Parnaíba (28 de Outubro) e encerrada em 8 de novembro, quando recordou o centenário de nascimento de Martim Francisco, marcou sua passagem pelo Legislativo Paulista no ano de 1927.

No final da Legislatura – Setúbal fora eleito para completar o último ano de mandato –, resolveu disputar a recondução ao cargo nas eleições estaduais marcadas para 24 de Fevereiro de 1928.

Desta vez, disputou eleições pelo 4º Distrito, composto pelos municípios das comarcas de Capivari, Itapetininga, Itu (município-sede), Piedade, Porto

Coleção Dainis Karepovs



1928.

Coleção Dainis Karepovs



1933.

Coleção Dainis Karepovs



1935.



Membros da Câmara dos Deputados do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, da 14ª Legislatura (1928-1930). No detalhe, Paulo Setúbal.

Feliz, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tietê e a sua terra natal, Tatuí, e ali obteve 2.913 votos, em um universo de 13.895 eleitores, sendo o segundo deputado mais votado no Distrito. Junto com os demais deputados eleitos para comporem a 14ª Legislatura, Paulo Setúbal toma posse solenemente no dia 14 de julho de 1928.

Todavia, sua saúde o impediu de levar a cabo seu mandato parlamentar. Das 153 sessões em que se reuniram os deputados estaduais durante o ano de 1928, Setúbal somente compareceu a 33 delas e não fez um pronunciamento sequer, resumindo-se sua atividade parlamentar à assinatura de 10 pareceres da Comissão Permanente de Redação, à qual havia sido reconduzido, em 18 de Julho, por seus pares, com 20 votos.

Seu quadro de saúde agravou-se de tal modo, que, pouco antes de se iniciarem os trabalhos legislativos, em 17 de Junho de 1929, enviou um ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo,

Deputado Arthur Pequeroby de Aguiar Whitaker. Nele, agradecendo aos seus eleitores e aos seus pares, preferiu não invocar seus problemas de saúde e comunicou a renúncia ao seu mandato:

“Forçado a partir para a Europa, onde negócios particulares deverão me reter por prazo longo e indeterminado, o que virá impedir que eu desempenhe como devo o meu mandato de deputado,

Secretaria da Câmara dos Deputados
 JUN 17 1929
 São Paulo

Illmo. Exmo. Snr. Dr. Presidente da Câmara dos Deputados do
 Estado de S. Paulo.

Officiou-se ao Sr. Pre-
 sidente do Estado -
 S. Paulo, 17-Junho-1929.
 Autenticado

Forçado a partir para a Europa, onde negocios particulares deverão me reter por prazo longo e indeterminado, o que virá impedir que eu desempenhe como devo o meu mandato de deputado, sinto-me na obrigação de renunciar a cadeira que ora occupo nessa casa legislativa.

Nestas condições venho, por esta, renunciar de facto o mandato que os eleitores do 4º districto, tão honrosamente para mim, haviam me conferido nas ultimas eleições do Estado.

Aproveitando o ensejo para agradecer á casa, e muito notadamente á V.Exa., as atenções e gentilezas com que fui distinguido durante o tempo em que tive assento no Congresso, peço a V.Exa. se digne dar a esta o andamento legal.

Archivado

D. n.º 176 do protocollo, sob n.º 4

em 17 de Junho de 1929

Chefe do Archivo
 Carlos Leato

Paulo Setúbal

Officiou-se ao sr. Presidente do Estado em 17 de junho de 1929.

ARCHIVE-SE

Secretaria da Câmara dos Deputados,

17 de Junho de 1929

O Director-Geral,

Praxilio Ramos

com esp. 1929

Doc. 89

n.º 01 cd 137

Coleção Dainis Karepovs



1933.

Coleção Dainis Karepovs



1934.

Coleção Dainis Karepovs



1935.

sinto-me na obrigação de renunciar à cadeira que ora ocupo nessa casa legislativa.”

Declarado vago o seu cargo, realizaram-se eleições para a substituição, no 4º Distrito, em 14 de Julho de 1929, sendo eleito João Ferreira da Silva, com 10.366 votos, para substituir Paulo Setúbal.

Não há como concluir este esboço sem citar o retorno de Setúbal à religião. Trata-se do resgate da fé plantada nos inocentes anos em Tatuí, que jamais fora esquecida, porém em certas fazes de sua vida passava dormitando em algum escaninho de sua alma. Como o próprio autor fez o registro em *Confiteor* “eu fui um cristão que se converteu ao cristianismo”. Foi embalado por esta fé que o poeta, autor teatral e romancista Paulo Setúbal faleceu em 4 de maio de 1937, aos 44 anos.

“O dia de hoje amanheceu tétrico. Nada mais triste que em vez do sol da manhã o dia comece morto, empapado de chuveiro, sem luz no céu e só lama peganhenta nas ruas. E as folhas vieram agravar aquela tristeza com uma notícia profundamente dolorosa – a morte de Gaspar Ricardo. As folhas da manhã. E como se não fosse bastan-

te, as da tarde informaram-nos de outra coisa profundamente estúpida: a morte de Paulo Setúbal. Seriam a chuva e o tom plúmbeo do céu a lágrima e o crepe da natureza diante de dois irreparáveis desastres? [...]

E está morto Setúbal!... A morte sabe escolher: pega de preferência o que é bom – as pestes ficam por aqui até o finzinho. Morreu Setúbal e com isso nossa terra está podada de algo insubstituível. Onde, em quem, aquele fogo olímpico, aquela bondade gritante e extravasante como a champanha, aquele dar-se loucamente a todas as idéias nobres, ricas de beleza? Onde, em quem, a coisa maravilhosamente linda, e boa, e saudável, e reconfortante, que foi a breve passagem de Setúbal pela terra? Desse Paulo tão generoso, nobre e despreocupado no dar-se, que em quatro décadas queimou uma reserva de vida que para outro, mais calculista, daria para oitenta anos?

Sim, o céu ontem fez muito bem em chover. Setúbal mereceu grandemente essa homenagem – esse misturar das lágrimas do tempo com as dos seus amigos...”²

NOTAS

¹ Lobato, Monteiro, “Paulo Setúbal” in *Obras Completas*. Vol. 10 - Mundo da Lua e Miscelânea. 6ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1955, p. 193-196.

² *Ibidem*.

DISCURSO DO DEPUTADO PAULO SETÚBAL

Feito na 6ª Sessão Ordinária, em 25 de julho de 1927.

O Sr. Paulo Setúbal – Sr. Presidente! Aqui, no recinto desta Câmara, em 1901, debateu-se eruditamente uma lei grave. Era a lei reguladora dos “tapumes divisórios”. Em torno dessa matéria, que é enciopoada e dura, estreou-se nesta tribuna um moço político. Tinha vinte e poucos anos. Trazia um nome ilustre na República. Vinha com uma nomeada reboante de inteligência rija. A estréia do moço, portanto, acendera curiosidades vivas. Houve um forte anseio por ouvi-lo. E o moço orador, meus senhores, não desmentia a fama que trouxera: o seu discurso foi estrepitosamente belo. Tão belo, Sr. Presidente, que o “leader” da maioria, homem escasso em louvores, não poupou adjetivos ao orador. Pediu a palavra e falou assim: (*Lê*)

“Sr. Presidente! Não pode a câmara formar opinião segura sobre as emendas que foram hoje, como vimos, tão *brilantemente sustentadas na sua formosíssima estréia, pelo nosso ilustre colega.*”

Uma voz – É bondade de V. Exa.

O orador – Vou pedir que o projeto volte à comissão respectiva.”

Quem era, meus senhores, o moço que assim se estreava tão galhardamente no parlamento? E quem era, meus senhores, esse “leader” que assim o laureava, com tão altos louros? Não é difícil adivinhar... O moço era Júlio Prestes; o “leader” era Júlio Mesquita.

O parlamentar estreante de 1901, todos nós sabemos, é agora o político triunfador de 1927. Quer assim o destino, esse fantasioso tecedor de acasos, que hoje, no pórtico do quadriênio Júlio Prestes, seja feito o elogio fúnebre daquele mesmo que, com a sua palavra incentivadora, fez ao presidente o primeiro elogio político.

Cultuemos, pois, meus colegas, a memória do antigo “leader”. Prestemos ao morto ilustre as homenagens ilustres que ele merece.

E é por isso, Sr. Presidente, que nesta casa, a minha palavra inaugural não é uma palavra de festa. Não vem ela, como eu ambicionei que viesse, enfeitada galantemente de louçanias, toda mimo e garridices, dizer da honra alta, que é para mim, o sentar-me entre vós, como um dos representantes da cidade prodígio. Não! A minha palavra vem hoje vestida de luto pesado, recoberta de crepes fúnebres, sem adereços nem galas, desfolhar uma dolosa braçada de flores sobre a campa

desse bravo propagandista da República. E esta homenagem, pequenina embora, não é mais, Sr. Presidente, do que um epílogo às nobres homenagens, nobres e comovedoras, com que o governo passado, tão desapassionadamente, circundou a perda do brasileiro insigne. (*Muito bem; muito bem.*)

Todos nós vimos, e vimos com o coração banhado de gosto, que, mal Júlio Mesquita cerrava os olhos para a vida, o nosso doce Carlos de Campos, aquele que nunca abrigara no coração sentimentos rastejantes (*Muito bem; apoiados gerais*), via apenas no morto, não o crítico áspero que às vezes o foi, mas tão somente o grande batalhador de grandes batalhas cívicas. (*Muito bem, muito bem*). E o governo honrou o esquife do grande morto com todas as honras oficiais.

Nada mais simpático, Sr. Presidente, do que a elegância moral do ex-presidente. Nada mais simpático e mais justo. É só olhar para trás e contemplar o que foi a vida do político e do jornalista. É uma vida fervente e cheia.

Vede.

Júlio Mesquita foi republicano histórico. Na adolescência, desde os verdolengos anos acadêmicos, já escrevia ele no *A República*, jornal dos rapazes do tempo, um pequenino mais duríssimo aríete, que macetava, sem dó, homens e cousas da monarquia. Depois, já moço, entrou na vida pública. Arregimentou-se no Partido Republicano. Percorreu, pela mão do partido, variados e altos postos de destaque. Assim, de 1889 a 1916, foi ele deputado estadual, foi deputado federal, foi senador, foi “leader” do governo Bernardino de Campos, foi “leader” do governo



Coletção Dainis Karepovs

Júlio Mesquita desenhado por José Wasth Rodrigues.

Jorge Tibiriçá, foi secretário geral do governo provisório, foi secretário geral do governo Prudente de Moraes.

Muitas fases e muitas atitudes teve o político no desenrolar de sua carreira. Em 1892, sob a presidência de Américo Brasiliense, estouraram no Rio os acontecimentos febris do “golpe-de-Estado”. Deodoro dissolveu violentamente a Assembléia. Foi então que avultou, no tablado político do país, tablado ainda incerto e trepidante, a figura avassaladora do “Marechal de Ferro”

Floriano, intrépido e duro, encabeçou o contra golpe. O movimento desencadeou, nas províncias, paixões desordenadas. E Júlio Mesquita, que teve sempre a fascinação de Floriano, capitaneou, com entusiasmos irrefreáveis, a corrente que apoiava o contragolpe. E aqui, nesta assembléia, numa sessão memorável, ele, à frente de cinco outros companheiros, renunciou, com fogo, o seu mandato de deputado e saiu à praça pública bater-se por Floriano. Mas Américo Brasiliense, com avizada prudência, evitou a luta que se desenhava áspera: passou o governo a Cerqueira César, vice-presidente, e florianista sem rebuços. Assim, senhores, solucionara-se a crise amendrotadora. E o propagandista de 1889 continuou, sem arrepios, no Partido Republicano, a sua rota pública através dos postos de confiança. Nelles, invariavelmente, desempenhou-se Júlio Mesquita com severa retidão. Comprovam-no, bem alto, as duas vezes que liderou esta casa.

Foi naqueles momentos, graças à cordialidade do seu proceder, que ele pode revidar com sobrançeria a Pedro de Toledo, que então, atacando-o com virulência, chamando-o de compressor, acusava-o de, como interprete do pensamento do Partido Republicano, coarctar a consciência dos seus colegas. Lá está nos anais: (Lê)

“V. Exa. foi injusto, como será sempre, todas as vezes que disser, ou insinuar que o Partido Republicano, a que todos pertencemos, procura, neste recinto, exercer qualquer espécie de pressão na consciência dos Srs. Deputados... (Apoiado! Apoiado!)

“Todos os Srs. Deputados sabem que eu, como “leader”, ainda não me dirigi a um só, para lhe pedir que falasse neste ou naquele sentido; nenhum deles foi por mim importunado com solicitação de voto. Os debates têm corrido com a máxima independência. Todos os votos têm sido dados com o máximo de respeito à autonomia da consciência dos Srs. Deputados.”

Assim agiu o “leader”; assim agiu o político.

Pois bem, durante a sua carreira partidária, em que ocupou, com tanto brilho, tantos cargos de confiança, Júlio Mesquita, em duas vezes, por circunstâncias diversas, apartou-se da agremiação política a que per-

tencemos. Formou ele, em torno de si, o que todos nós sabemos e conhecemos: as duas dissidências do Estado de São Paulo. Uma foi no quadriênio Rodrigues Alves, em 1901; outra, no novo quadriênio desse mesmo presidente, em 1916.

Ao tomar as atitudes que tomou, o político não quis que irrompessem paixões dentro deste recinto e no seio do partido a que ele pertencera. Por isso, com elevação e superioridade, ele, e os seus amigos despojaram-se lisamente das suas posições. Retiraram-se sem estrepito. Pode assim, Júlio Mesquita, nesta assembléia, ao retirar-se, declarar nobremente: (Lê)

“Não queremos, entretanto, converter este recinto em caverna de tempestade, em fonte de agitações estereis e perigosas, principalmente neste momento de tão fundas, de tão justificadas apreensões não só para os republicanos, como para todos os brasileiros.”

Foi assim, meus senhores, que terminou a trajetória de Júlio Mesquita no Partido Republicano Paulista. Foi assim que terminou a sua atuação como político militante, nas cousas do Estado. O seu nome, no entanto, ficou vinculado a várias, a abundantes medidas, que resolveram questões graves de momento. Lá estão elas nos Anais: são o serviço policial, o imposto sobre plantação de café, valorização do café, estatística do café, reforma da instrução, reforma dos ginásios, reforma das escolas complementares e muitíssimas outras iniciativas de interesse geral do Estado.

Aí está, meus senhores, em pinceladas fugazes, o que foi a trajetória do ilustre paulista dentro do nosso partido. Mas na individualidade de Júlio Mesquita não há só a considerar o político. Há também o jornalista.

Outros, não eu, com autoridade mais alta, que digam das qualidades vivas do escritor; que digam das graças e feitiços do estilista; que digam da honestidade vernácula do seu frasear.

Eu, pobre de mim, direi apenas que ele foi um jornalista de raça. Um jornalista da estirpe opulenta dos Bocyvas e dos Evaristos da Veiga. E ele amou sempre a sua profissão. Amou-a com entranhamento. E, mais que tudo, acima de tudo, exerceu-a com límpida perpendicularidade.

Das campanhas que pelejou (e que não foram poucas!) eu quero, neste recinto político, destacar a maior. A maior, Sr. Presidente, a mais lampejante, aquela que coincidiu exatamente com o sentir do povo e com o sentir do governo do Estado: eu me refiro á campanha civilista. (Muito bem; muito bem.)

Naqueles momentos bravios, em que Ruy Barbosa, como um deus bárbaro no alto de uma montanha, chu-

çava, com discursos de lava, a modorra cívica da Pátria, Júlio Mesquita, aqui, no seu jornal, avultou como um gigante incentivador da refrega. As suas palavras, naqueles momentos trevosos, eram labaredas queimantes; os seus artigos, bombardas que estouravam. E o jornalista, que servia a boa causa, combateu, nessa hora, o bom combate. Com ele, enramou o seu nome de um louro que não morre!

Mas, senhores e colegas, partiu o lidador! Passou. Mergulhou, como diria Hamlet, naquele “país desconhecido, de onde nenhum viandante já tornou”. Lá se foi... E nós, diante da pedra que fecha seu túmulo, nós, meus colegas, deixemos cair, enternecidos, a nossa pobre coroa de flores.

Sr. Presidente, passo às mãos de V. Exa. um requerimento em que peço, ouvida a casa, se digne mandar inserir na ata de nossos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pela morte de Júlio Mesquita, suspendendo-se a sessão, e oficiando-se à família a homenagem que a Câmara hoje presta ao grande brasileiro.

Vozes – Muito bem! Muito bem!

(O orador é vivamente felicitado.)

[Fonte: SÃO PAULO. CONGRESSO LEGISLATIVO. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais da Sessão Ordinária de 1927* (3º Ano da 13ª Legislatura). São Paulo, s.c.p., 1928, p. 119-122.]

Um Conto de Paulo Setúbal

Na Revolução de 1842

Paulo Setúbal

17 de maio de 1842. A cidade de Sorocaba amanhecera em alvoroço. Há tropas pelas ruas. Rufos de tambores. Clarins. Repicam todos os campanários. O sino grande da cadeia toca a rebate.

Que é?

O povo acorre com ânsia. Vem tudo, borborinhando, ver o que há. A Câmara está reunida. Grande sessão extraordinária. Preside-a o velho José Joaquim Lacerda. Andam por ali, fardados, os oficiais da guarda. Muitos vereadores. Todas as autoridades civis no recinto. Populares atulham corredores e saguões. Que formigar de gente!

José Joaquim Lacerda ergue-se. Na estranha assembléia, diante do povo, com a assustadora aprovação dos militares, exclama:

- “Senhores! D. Pedro II, imperador constitucional do Brasil, é hoje dominado por certa facção política que vai levando o Império às bordas do abismo. Ainda mais: essa facção está reduzindo a província de S. Paulo ao mesmo estado mísero das províncias do Ceará e da Parnaíba. Isto, senhores, graças à administração tirânica desse procônsul que vem, em nome daquela facção, oprimindo e escravizando a nossa terra.”¹

“Diante dos fatos, que são notórios, eu alvitro, como medida de salvação pública, que coloquemos novo presidente à testa dos negócios da Província. Este presidente governará S. Paulo até que o augusto Soberano,

livre da facção que o coage, escolha outro ministério da confiança nacional”.

Silêncio fundo. A multidão ouve, com espanto, as palavras do velho. Aquilo é gravíssimo. José Joaquim Lacerda continua:

- Senhores! Eu proponho que, por unanimidade, aclamemos presidente da nossa província o coronel Rafael Tobias de Aguiar.

Levanta os braços no ar. E com retumbância:

- Viva o presidente Rafael Tobias de Aguiar!

Os conjurados – vereadores, militares, autoridades, gente de prol, todos, com um brado só:

- Viva Rafael Tobias de Aguiar!

José Joaquim Lacerda nomeia a seguir, a comissão que deve ir buscar o presidente aclamado.

Tobias de Aguiar, há dias já, instalara-se em Sorocaba. O celebrado político mora ao lado. Mora na casa de D. Gertrudes Eufrosina do Amaral.

A comissão sai. Torna em breve com o Coronel Tobias. Ao vê-lo, erguem-se todos. Reboam palmas. Vivas frenéticos.

José Joaquim de Lacerda, na presidência, defere ao

chefe destemeroso o julgamento de honra. Tobias, sobre os santos Evangelhos, jura. José Joaquim Lacerda, com o ritual do estilo, empossa-o no cargo de presidente.

O revolucionário lança então, solenemente, naquela sessão histórica da Câmara de Sorocaba, o seu manifesto à nação:

- "Paulistas! Os fidelíssimos sorocabanos acabam de levantar a voz: escolheram-me para presidente da província. Estou eu aqui para debelar essa hidra de trinta cabeças que vem devorando o país. Estou eu aqui para libertar a província desse procônsul que vem postergando as leis mais sagradas, Paulistas..."

Continua, flamante, a proclamação incendiária. A assembléia aclama-o. Rompem os sinos. A tropa faz a salva de 18 tiros.

Rafael Tobias de Aguiar é, desde esse instante, o presidente ilegal de S. Paulo. É ele, com o seu alto prestígio, o chefe da rebelião paulista de 1842.

* * *

Por que a rebelião?

O primeiro ministério da maioria fora liberal. Tinha, no seu seio, três nomes, pelo menos, nacionalmente simpáticos: Antonio Carlos, Martin Francisco, Limpo de Abreu.

Esse ministério, com desgosto da nação, pôs-se a politizar rasteiramente. Empenhou-se, de corpo e alma, em eleger uma câmara sua. Eleger deputados, visceralmente liberais. Fez, para isso, coisas de pasmar: removeu juizes, suspendeu funcionários, demitiu chefes de polícia, deitou abaixo catorze presidentes de Província!

Uma derrubada em regra. Avolumaram-se, no país inteiro, descontentamentos vermelhos. Houve celeumas bravas. O ministério impopularizou-se integralmente.

Eis que surge, nos vaivens políticos, este caso pequeno: a retirada do comandante das armas do Rio Grande do Sul. Aureliano Coutinho é pela medida. Os outros ministros, não. D. Pedro, diante da divergência, aproveita do ensejo para desfazer-se do ministério. Demite-o.

Saem os liberais do poder. Mas saem tranqüilos. Saem com essa risonha segurança de quem tem, para o próximo ano, a Câmara nas mãos.

Os conservadores, subindo ao poder, não começam por vinganças reacionárias. Nada de violências. Tratam apenas, nesse fim de legislatura, de conseguir ainda duas leis: a reforma do processo criminal e a criação do Conselho d'Estado. Conseguem-nas.

Contra essas duas leis, batem-se furiosamente os liberais. Transformam-nas em tela da oposição. Jamais a reforma do processo criminal! Jamais o conselho d'Estado! Querem os oposicionistas, a toda força, que o governo protele a promulgação delas até a abertura do parlamento:

- Empossada a nova Câmara, apregoavam os liberais, as duas leis imediatamente derrogadas!

Mas o governo não cede. No Rio, à vista disso, trama-se a revolução. Teófilo Ottoni e Limpo de Abreu fundam o centro político que urde e insufla o levante. São duas as províncias minadas pelos revolucionários: S. Paulo e Minas. E os emissários da corte, infatigavelmente, começam a trançar pelas duas terras rebeladas.

* * *

Rafael Tobias de Aguiar era, pela segunda vez, presidente de S. Paulo. Político, fora ele sempre liberal. Liberal Vermelho. Liberal dos mais exaltados.

Quando caiu o gabinete dos seus correligionários, Rafael Tobias quis demissionar-se. O ministério, por intermédio de amigos, susteve-lhe o gesto. E o presidente ficou.

Os conservadores, porém, não aceitaram, de cara alegre, a estada do liberal no poder. Houve na província grita desabalada. Os situacionistas, junto ao ministério moveram céus e terra. Clamaram. Protestaram. Exigiram. Foi preciso atendê-los. O ministério não teve por onde sair: demitiu o presidente Tobias.

Infelizmente, não foi só. O governo, por essas alturas, promulgou as duas leis detestadas que tinham sido a causa primária da reação.

Fez mais: dissolveu a Câmara que os liberais haviam eleito!

Aquelas medidas, bem se vê, desencadearam tempestades. Atiçaram fúrias. Acutilaram.

A idéia do levante, desde então, engrossou temerosamente. Corporificou-se. Em S. Paulo, mais do que em nenhuma parte, cresceu ela para a realização.

Rafael Tobias encabeçou o movimento. Entendeu-se com Itu, com Itapetininga, com Porto Feliz, com Campinas. Aprestou tudo.

Demitido, Rafael passara o poder ao vice-presidente Alvim. Este não agradou aos conservadores. Teve que passá-lo ao padre Pires da Motta. Este permaneceu três meses no poder. Teve, por sua vez, que passá-lo ao Costa Carvalho, barão de Monte-Alegre. Costa Carvalho era político altamente partidário. Trabalhava des-

mascaradamente pelos parceiros. Tornou-se com isso, está claro, o alvo dos ódios liberais. Era, na expressão favorita dos insurgentes “o **procônsul que vinha escravizando a província...**”

O movimento fora tramado abertamente. Tramado com desassombro. Costa Carvalho, Senhor do plano, pode, com facilidade, sustá-lo na capital. Mas não pode sustá-lo no interior. Eis por que, naquela manhã de maio de 1842, estalara, em Sorocaba, o grito revolucionário.

* * *

Seriam nove horas da noite. Na casa de D. Gertrudes Eufrosina, em torno de Rafael Tobias, estão reunidos os companheiros. Lá está o Dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, secretário do governo rebelde. Lá está o velho José Joaquim Lacerda. Lá está o português Mascarenhas Camello. O Vicente Eufrásio. O Manuel Campolim.

Fervem os comentários em torno das notícias. As notícias são ruins. É verdade que Porto Feliz aderira com o Dr. João Viegas. É verdade que Itu igualmente aderira com Tristão Rangel. Mas é só.

Tatuí levantara-se pela causa imperial. Levantara-se e batera já, num pequeno encontro, a coluna que Rafael Tobias para lá mandara.

Não ficava aí, desgraçadamente. Campinas, por sua vez erguera-se pela causa imperial. Jundiá também.

Unido a isso, mais do que isso, aterrorizando, ecoara na Província a grande notícia: o barão de Caxias desembarcara em Santos! E Caxias vinha descendo serra abaixo, com o **Exército Pacificador**, a combater o Tobias!

Os revolucionários discutem. Vêm à tona probabilidades. Esperanças de socorros. Adesões.

Nisto, um oficial atravessa o salão. Aproxima-se de Tobias. E em voz baixa:

- Acaba de chegar aí um padre. Quer falar com urgência ao senhor.

- Padre?

- Sim, um padre de muletas, meio paralítico. Insiste em querer falar com urgência.

- Que entre!

O oficial torna. Cai rápido silêncio. Anseiam todos por ver quem é. Eis que a porta se abre de novo. O militar faz um gesto ao chegadiço:

- Entre!

O padre entra. Rafael Tobias, ao vê-lo, ergue-se bruscamente. Radioso, com um brado de alvoroço:

- Padre Feijó!

Era o Padre Diogo Feijó. Era o ex-regente do Império, já velho, de muletas, que vinha, impávido, alistar-se entre os revolucionários.

- Sou eu, coronel Tobias! Vim também combater a corja. Que grandíssimos canalhas!

Ali, abrindo-se os braços, o padre e o presidente abraçam-se com efusão.

* * *

Por aqueles dias ásperos, dias de sobressalto e angústia, estranho bando de viageiros cavalgava, afiladamente, a caminho de Sorocaba. Devia, pelos ares, ser gente de prol. Cavaleiros, pajens, escravos, duas liteiras.

No meio do bando, destacando-se, vinha uma senhora de aspecto arrogante. Era senhora outoniça, quarenta anos, mas ainda marcadamente formosa. Trajava elegantíssimo amazona, azul-ferrete. Montava belo zaino de crinas encaracoladas. O cilhão era de veludo carmesim. Os estribos de prataria lavrada.

Estavam eles na altura de S. Roque. Haviam cavalgado às tontas por picadas brutas. Haviam errado o caminho mais duma vez. Estavam todos empoeirados. Tinham o ar cansado. Mas lá iam, persistentes por caminhos ruins, vencendo estorvos, rumo a cidade rebelde.

É quase noite. De súbito, na curva da estrada, surge velha morada. Casarão chato de fazenda. A dama vira-se para um dos cavaleiros:

- Felício, vamos pedir pousada ali. Amanhã cedo continuamos a marcha...

- Tem razão, mãe. Já é quase noite. Vamos pedir pousada.

Enveredam-se pela mangueira. A dama e o moço saltam dos cavalos. Sobem a escada da varanda. O moço:

- Ó de casa!

Aparece à porta um homem. É o fazendeiro. Ao dar com a dama, o homem arregala dois olhos espantados:

- Oh, senhora Marquesa!

E ela:

- Viemos pedir-lhe pousada, senhor. Queira desculpar-nos. Mas é noite, e eu trago crianças na liteira.

Coleção Dainis Karapovs



Domitila de Castro Canto e Mello, Viscondessa e Marquesa de Santos, em retrato atribuído a A. F. P. do Amaral.

- Com muita honra, senhora Marquesa! Com muita honra! Entre, minha senhora! Entre, faça o favor...

Quem era a estranha senhora? Quem era aquela dama, a **Marquesa**, que o fazendeiro recebera com tão borbulhantes deferências? Não é difícil adivinhar:

- Era a senhora Domitila de Castro, Marquesa de Santos.

A famosa paulista, com os filhos seguia num atropelo, para Sorocaba, postar-se destemerosa ao lado do presidente revolucionário.

* * *

Em 1829, romperam-se definitivamente os amores de D. Pedro I e da Marquesa de Santos. A paulista que fora a mulher mais apoteosada do Brasil, veio instalar-se com pacateza na sua cidade natal.

S. Paulo recebeu-a com honrarias. Circundou-lhe de estrondosas homenagens a personalidade altíssima. A sociedadezinha da província, ainda deslumbrada, curvou-se diante da enlouquecedora da corte.

Alberto Rangel, entre muitas, dá estas curiosas notas mundanas:

“Nunca faltavam à Marquesa, pelo correr dos tempos, em S. Paulo, as mais lídimas e iniludíveis provas de apreço e admiração, passasse ela a pé, no seu bangüê ou sege, ou assomasse ela nos camarotes dos teatros e nos salões da fidalguia local. **O tenente coronel Jordão mandava prestar as continências, quando a tropa passava à vista da Domitila.** O barão de Iguape delegava a filha, D. Veridiana, uma vez ou outra, para ir saudar tão ilustre e prezada personagem...”

Em meio dos rapapés, havia aqui e ali, vozes destoantes. Havia intransigentes, almas azedas, que não se

conformavam em cortejá-la. Diziam ao vê-la na cadeirinha dourada, com iras surdas:

- A moça do Imperador!

Pouca gente era assim.

Entre essa pouca gente estava o presidente da Província. Estava o Rafael Tobias. O político detestava a marquesa. Tinha-lhe antipatias profundas. Antipatias não acentuadas, que para achincalhá-las, botou numa escrava fujona o nome de **Domitila**.

Mas o destino é sem entranhas. Mete os homens, por gracejo, nas arapucas mais ridículas.

A Domitila possuía feitiços embriagadores, seduções irresistíveis. Aquela mulher, não há dúvida, devia ter bruxarias infernais. Pois só assim é que se explica a reviravolta miraculosa: um dia, com assombro de toda a gente, Rafael Tobias e a Marquesa de Santos principiaram a viver como marido e mulher! Estavam de cama e mesa.

Foi assim por anos.

Eis que arrebenta a revolução de 42. A Marquesa batalhou para que o Tobias não se envolvesse na rebelião. É a filha da Marquesa, a Condessa de Iguaçu, quem no-lo conta:

“Eu ouvi Mamãe dizer muitas vezes: Tobias, esta revolução há de nos dar muitos desgostos. Não se meta nela! Que tem o Feijó a perder? Nada! Mas você tem tudo”...

Rafael Tobias não ouviu a Marquesa. Meteu-se no movimento. A Domitila, contudo, não o abandonou. Mal sabe a mulher fatal dos perigos que corre o amante, não trepida: deixa S. Paulo, larga a sua casa, mete os filhinhos na liteira, pula para riba do zaino, e sem medir trabalhos, lá vai por léguas de caminhos bravos, sob soalheiras tostantes de agosto, aconchegar o revolucionário com as quenturas do seu carrinho!

Quem podia lá resistir a uma mulher assim?

* * *

As coisas iam rudemente desastrosas para os insurgentes. As tropas sublevadas foram batidas em S. Roque. Foram batidas em Jundiá. Foram batidas em Campinas. Caxias com o seu exército, despenhara-se de Santos a Sorocaba. Estava iminente a sufocação do movimento.

Rafael Tobias viu claro a situação desesperadora. Não havia meio de resistir.

O revolucionário, naquele momento pungente, o revo-

lucionário, homem de coração, relanceou um olhar de angústia à companheira fiel. Era ela, não havia negar, negar, a amiga certa, da hora incerta. Era ela a confortadora da sua desdita. Era ela a compartilhadora de seu leito. Era ela, mais que tudo, a mãe de seus filhos. Não, Rafael Tobias não podia deixá-la ao vilipêndio! Qual seria a sua sorte? Impossível de prever. Por isso mesmo, no momento cruel, ele precisava soerguê-la. Ele precisava honrá-lo com o seu nome.

O político tomou uma resolução afrontosa. Bela resolução de cavaleiro.

Nessa tarde, no oratório particular de D. Gertrudes, armaram às pressas um altar. Enfeitaram-no de rosas. Diante dele, quase em sigilo, desenrolou-se curiosa cena histórica.

D. Maria Isabel, Condessa de Iguçu, última filha da Marquesa de Santos e de D. Pedro I, é quem relata aquele sucesso íntimo. Vem ele, com miudeza, nas “Memórias” da bastarda.

Sim, aquela desgraçadíssima filha de D. Pedro deixou, à sua amiga Emília, o manuscrito da sua vida. É horrendo como português, mas saboroso como nota humana. Começa assim, a modo de prefácio:

- “**Minha Amiga Emília.** Pedes-me que te conte a minha história, isto é, a minha vida. Vou te fazer a vontade. Vais ver nela que cabe bem, à triste filha bastarda de D. Pedro I, o ditado que diz: bem nascida, mal fadada. M. Izabel”.

E vem o título, romântico:

História da vida da filha bastarda do Sr. D. Pedro I

A condessa de Iguçu, conta, naquelas desoladas páginas, o que, a menina ainda, presenciara nessa grande tarde de Sorocaba. Fale a bastarda com o seu falar pitoresco:

- “Um dia vi que estavam preparando o altar da casa de D. Gertrudes. Perguntei à Mamãe porque é que estavam armando o altar. Ela me disse que era para um batizado. É verdade que houve esse batizado; mas não foi só. Antes eu vi sair Mamãe muito bem vestida do seu quarto; o Rafael Tobias também sair muito bem vestido, de casaca. Eu fiquei olhando, e assim a minha

sobrinha Escolastica. Era cinco horas. Vimos Mamãe, o Tobias e o padre capelão da casa, se dirigirem para o altar. Principiou a cerimônia. Eu vi então que Mamãe ia se casar...”

Sim, no oratório particular de D. Gertrudes, em Sorocaba, naqueles dias de perigo, dias procelosos de revolução, ante a tropa ameaçadora de Caxias, que vinha num arremesso sobre a cidade, o Coronel Rafael Tobias de Aguiar, presidente rebelde da província, casou-se com D. Domitila de Castro Canto e Mello, Marquesa de Santos, a mulher mais formosa do Brasil.

O ato foi extremamente singelo. Quase em segredo. No entanto para bem acentuá-lo como episódio histórico, houve, naquela simplicidade, esta nota pictural: assistiu a ele o Regente Feijó. Teve assim a Marquesa de Santos como padrinho, mesmo num casamento de revolução, a figura culminante do padre formidável.

* * *

Dias depois, entrava Caxias em Sorocaba. Encontrou a cidade deserta. Tobias fugira. Os vereadores fugiram. Os militares fugiram. A tropa fugira.

Só não fugiu um homem. Um só! Foi o único que não se enfileirou na debandada: o padre Diogo Feijó.

Caxias não consentiu que os oficiais o prendessem. Tomou a si essa tarefa. Dirigiu-se em pessoa, à casa do revoltoso.

Lá conta a História o diálogo dos dois homens.

Caxias:

- “Só o dever do soldado me impõe a dolorosa pena de prender o Senador Feijó, um dos chefes da revolução”.

Feijó:

- “Estou às suas ordens, general. Mas olhe. O senhor é moço; aprenda, no que está vendo, o que é o mundo: ontem, no governo, eu nomeava o Sr. Lima e Silva major do corpo de permanentes; hoje, é o Sr. Lima e Silva, general, quem vem prender o velho Feijó, já moribundo”!

E entregou-se à prisão.

[Fonte: SETÚBAL, Paulo. *Nos Bastidores da História*. São Paulo, Nacional, 1928, p. 7- 29.]

NOTA

¹ - Referência ao Costa Carvalho, barão de Monte Alegre, presidente da Província, alvo de todos os ódios. (Nota do autor)